



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TIMON-CESTI
LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS

RAFAELA OLIVEIRA LIMA

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA BILINGUE PARA SURDOS
PROF. TELASCO PEREIRA FILHO – IMPERATRIZ - MA

TIMON – MA, 2023

RAFAELA OLIVEIRA LIMA

**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA BILINGUE PARA SURDOS
PROF. TELASCO PEREIRA FILHO – IMPERATRIZ - MA**

A pesquisa apresentada como proposta do TCC à Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Centro de Estudos Superiores de Timon - CESTI como requisito para o título de Graduada em Letras Português.

Orientadora: Profa. Ma. Maria do Desterro da Conceição Silva

TIMON – MA, 2023

Si381h

Lima, Rafaela Oliveira

O ensino de língua portuguesa na escola bilingue para surdos
Prof. Telasco Pereira Filho – Imperatriz – MA / Rafaela Oliveira Lima
– Timon, 2023.
44 f.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão –
UEMA, Curso de Licenciatura Plena em Letras, 2023.

“Orientadora Prof^a. Ma Maria do Desterro da Conceição Silva”.

1. Educação inclusiva 2. Português para surdos
3. Escola bilingue I. Título

CDU 81'221.24

RAFAELA OLIVEIRA LIMA

**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA BILINGUE PARA SURDOS
PROF. TELASCO PEREIRA FILHO – IMPERATRIZ - MA**

APROVADA EM: 24 DE JULHO DE 2023

BANCA EXAMINADORA

Maria do Desterro da Silva

Prof.(a). Ma. Maria do Desterro da Conceição Silva - UEMA

Joana Darc Rodrigues da Costa

Prof.(a). Dra. Joana Darc Rodrigues da Costa - UEMA

Cristianne Silva Araújo

Prof.(a). Ma. Cristianne Silva Araújo - UEMA

Timon - MA, 24 de JULHO de 2023.

Dedico este trabalho a Deus sem ele não teria capacidade de desenvolvê-lo, que essa pesquisa possa ajudar as pessoas de alguma forma.

"A voz dos surdos são as mãos e os corpos que pensam, sonham e expressam. Permita-se "ouvir" estas mãos, somente assim será possível mostrar aos surdos como eles podem "ouvir"o silêncio da palavra escrita. "(Ronice Miller de Quadros)"

RESUMO

Sabemos que a educação do surdo é bastante antiga e vem sofrendo modificações até hoje. Imaginar uma escola múltipla, em que todos participem e tenham a possibilidade de desbloqueio, é pensar uma nova estrutura de uma educação não somente especial, mas também inclusiva e participativa. Para tanto, é necessário capacitações e formações que quebrem as barreiras sociais, políticas e econômicas, pois não adianta a presença de surdos em sala de aula em que a escola ignora sua condição histórica, cultural, social e linguística. Neste trabalho, busca-se um embasamento nas perspectivas dos estudos de: Quadros e Schimiedt (2006); Goldfeld (2002); Ciccone (1990), entre outros que discutem essa problemática. O ensino da Língua Portuguesa para surdos é possível, desde que venha sendo introduzido desde o primeiro contato com a educação inicial. Realizamos uma pesquisa bibliográfica com base no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal De Educação Bilíngue para Surdos Professor Telasco Pereira Filho-Imperatriz-MA. Para assim, analisar as disposições sobre o ensino da Língua Portuguesa para surdos, como também o *status* de segunda língua, formação básica e complementar dos professores destinados a ministrarem a disciplina de português para esse público, verificando as propostas que atendem aos dispostos na BNCC.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. Português para surdos. Escola bilíngue.

ABSTRACT

. We know that education for the deaf is quite old and has undergone modifications to this day.

Imagining a multiple school, in which everyone participates and has the possibility of unlocking, is thinking about a new structure of an education that is not only special, but also inclusive and participatory. To this end, training and training are necessary to break down social, political and economic barriers, as there is no point in the presence of deaf people in the classroom where the school ignores their historical, cultural, social and linguistic condition. In this work, we seek a basis in the perspectives of studies by: Quadros and Schimiedt (2006); Goldfeld (2002); Ciccone (1990), among others who discuss this issue. Teaching Portuguese to the deaf is possible, as long as it is introduced from the first contact with initial education. We carried out a bibliographical research based on the Pedagogical Political Project (PPP) of the Municipal School of Bilingual Education for the Deaf Professor Telasco Pereira Filho-Imperatriz-MA. To do so, analyze the provisions on teaching the Portuguese language to the deaf, as well as the status of second language, basic and complementary training of teachers destined to teach Portuguese to this audience, verifying the proposals that meet the wishes of the BNCC.

KEYWORDS: inclusive education; Portuguese for the deaf; bilingual school

Lista de Figuras

Figura 1- Diagnóstico escolar: pontos positivos e negativos----- 33

Figura 2 – Ações, período e instâncias envolvidas -----35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2. EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS.....	14
2.1 Do Oralismo ao Bilinguismo.....	14
2.2 Português como Segunda Língua.....	18
3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	21
3.1 Formação de Professores Bilingues.....	21
3.2 Proposta Curricular para o Ensino de Português para Surdos na Modalidade escrita.....	22
4.METODOLOGIA.....	24
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	40
ANEXOS.....	42

1 INTRODUÇÃO

A história da educação especial e, especificamente do surdo, é bastante antiga e enfrenta até hoje muitas transformações. Nesse sentido, há discussões a respeito de como deve ser a formação educacional desse sujeito e sobre como lidar com as limitações do meio para ultrapassar as barreiras que são encontradas durante este processo. No Brasil, o marco inicial da atenção voltada para a educação das pessoas com deficiência auditiva é a criação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos no Rio de Janeiro no século XIX, atualmente, conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (CAMPELLO, 2007; MAZZOTTA, 1996). Naquela época, a criação do Instituto abriu espaço para discussões sobre o currículo e a formação de professores para alunos que apresentavam essa deficiência, ou seja, surdez.

A história da educação de surdos no Brasil ao longo de sua trajetória vivenciou avanços e retrocessos em torno da criação de legislações específicas para uma educação de surdos satisfatória que valorizasse a comunicação entre seus membros por meio de uma língua própria. As iniciativas brasileiras no decorrer do século XIX já demonstravam uma relativa preocupação sobre indivíduos com essas limitações e sua inserção na sociedade. Além de tais aspectos, havia ainda uma aprendizagem voltada aos conteúdos relacionados a Ciências Humanas, Matemática e Naturais, um processo que deve perpassar as capacidades de comunicação, de leitura e escrita.

Desse modo, a Escola Bilíngue Professor Telasco Pereira Filho, criada pela iniciativa de pessoas que mantinham contato com a realidade e dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos, ao longo do tempo vivenciou transformações sempre visando o desenvolvimento dos seus educandos. Numa perspectiva bilíngue, embora apresentando outras modalidades educacionais, como a educação integral, educação infantil, educação de jovens e adultos e a complementação da aprendizagem de jovens das escolas de ensino médio que apresentam algum grau de surdez, contribuindo para sua maior interação nas aulas regulares das redes de ensino da cidade.

Assim, para compreender melhor esse processo educacional, esta pesquisa, partiu da seguinte problemática: Como o ensino bilíngue (Língua Portuguesa e LIBRAS) é trabalhado na Escola Bilíngue Professor Telasco Pereira Filho na cidade Imperatriz - Maranhão? Para responder tal questionamento foi proposto como objetivo

geral: analisar as disposições sobre o ensino de língua portuguesa do Projeto Político Pedagógico da escola bilíngue para surdos, e objetivos específicos: identificar se o ensino de língua portuguesa para surdos nessa instituição bilíngue possui, de fato, o *status* de segunda língua; investigar a formação básica e complementar dos professores destinados a ministrarem a disciplina de Língua Portuguesa para surdos nessa escola bilíngue e verificar se a proposta de ensino de português para surdos nessa escola bilíngue atende ao disposto pela BNCC.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa (MINAYO, 2007) ao envolver a compreensão e interpretação de valores, aspirações e atitudes, fenômenos inerentes a sociedade contemporânea em constante transformação. Elementos encontrados a partir da análise crítica das fontes e dos resultados obtidos, procurando retirar as informações diversificadas em torno do tema em estudo. Para a metodologia optou-se pela realização de pesquisa bibliográfica, tendo como foco uma análise dos principais aspectos do Projeto Político Pedagógico da Escola Bilíngue Professor Telasco Pereira Filho.

Nesse sentido, esta pesquisa está dividida nas seguintes sessões e tópicos: a introdução que aborda os aspectos iniciais dessa pesquisa contendo a problemática, objetivo geral e objetivos específicos, bem como as características gerais de uma educação bilíngue para surdos.

A primeira seção, intitulada Educação Bilíngue para todos, e seus respectivos tópicos destacam a importância da compreensão do que seria o ensino bilíngue para surdos pautado na aprendizagem da LIBRAS e da língua portuguesa como idioma materno e sua articulação no desenvolvimento da interação social dos alunos, além da necessidade da historização do oralismo e sua gradativa associação com o bilinguismo como uma forma maior de inserção da capacidade de comunicação

Na segunda seção, da formação de professores, e nos seus tópicos traz fatores relacionados a necessidade de formar professores que atuem no ensino de língua portuguesa numa perspectiva bilíngue ao considerar a relevância de uma pós-graduação direcionada ao ensino da Libras em articulação com as aulas de Português, contribuindo para uma aprendizagem significativa diante dos desafios enfrentados pelos alunos surdos.

Na metodologia serão abordadas as fontes utilizadas para a construção da pesquisa, especialmente bibliográfica e documental a partir do Projeto Político

Pedagógico da Escola Bilíngue Professor Telasco Pereira Filho em Imperatriz, sua fundamentação teórica, legislativa e documental.

Nos resultados e discussões serão debatidos os principais elementos após as análises bibliográfica e do PPP da instituição pesquisada, onde foi possível perceber conhecimentos em torno da criação da escola, as motivações, as relações existentes entre os familiares e os representantes da instituição ao lado das mudanças para que a mesma fosse transformada numa escola integral que atendesse jovens a partir de uma metodologia bilíngue e mantivesse uma educação regular e das dificuldades em possuir uma escola com foco no bilinguismo com professores com pós-graduação para atuar no ensino de Português e Libras de uma maneira articulada.

As considerações finais apresentam as conclusões da pesquisa após a análise bibliográfica e do PPP da instituição, permitindo compreender a importância da escola na comunidade, seus desafios no oferecimento de um ensino bilíngue, priorizando o português e a Libras, mas sem deixar de evidenciar a necessidade de atenção ao que está disposto nas legislações educacionais e no que os alunos surdos deveriam aprender.

2 EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS

Entende-se como educação bilíngue aquela que tem a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e o português escrito como segunda. O bilinguismo preconiza que o surdo comunique-se sem dificuldade na sua língua materna e na língua oficial do seu país. As escolas bilíngues trazem como prioridade a LIBRAS e como secundária o Português escrito, diferenciando-se das escolas inclusivas, que buscam incluir o aluno surdo em salas de alunos ouvintes, onde a Língua Portuguesa é a primária e a LIBRAS a secundária.

Sendo assim, o intérprete torna-se mediador entre alunos surdos e ouvintes, não obtendo uma aprendizagem de qualidade. Conceitua-se que, as escolas bilíngues são competentes para lecionar aos estudantes um ensino constituído baseado na Língua de Sinais (LIBRAS). Proporcionado o desenvolvimento do aluno surdo não apenas dentro da sala de aula, mas para o convívio na sociedade e para a vida.

Ler e escrever em sinais e em português são processos complexos que envolvem uma série de tipos de competências e experiências de vida que as crianças trazem. As competências gramaticais e comunicativas das crianças são elementos fundamentais para o desenvolvimento da leitura e escrita (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 20)

2.1 Do Oralismo ao Bilinguismo

A comunicação surgiu da carência do ser humano de passar informações aos outros. As primeiras maneiras de se comunicar aconteceram por meio de sinais, gestos e sons. A escrita mostrou-se a partir dos primeiros registros de desenhos (pinturas rupestres) em cavernas, documentados em 15.000 a.c., na África e em outras regiões do mundo. As pinturas rupestres, ou seja, realizadas nas paredes das cavernas possibilitaram o conhecimento em relação aos grupos humanos que iniciaram a história da humanidade.

Aspecto fundamental a respeito da linguagem humana é que todo ser humano, no convívio de uma comunidade linguística, fala (pelo menos) uma língua, a sua língua materna, aprendida com rapidez surpreendentemente, até os cinco anos de idade, em estágios com características idênticas entre as comunidades linguísticas, independentemente da ampla diversidade da experiência linguística e das

condições sociais em que se desenvolve o processo de aquisição. (SALLE *et all*, 2004. p.6)

Historicamente, na Grécia antiga até meados da idade média, os sujeitos surdos foram vistos como seres incapazes de aprender, porém no final do século XV alguns professores começaram a se interessar pelo uso de sinais e conseqüentemente pela educação desses sujeitos. Com isso surgiram várias abordagens educacionais, como, por exemplo, o Oralismo, como método oral puro (língua falada) ou método combinado. Posteriormente, surgiu a abordagem da Comunicação Total que, de acordo com Sá (1999), permite a utilização de sinais, fala oral, leitura labial e treino auditivo. Assim, a Comunicação Total consistia no uso simultâneo de palavras e sinais, ou seja, no uso simultâneo de uma língua oral e de uma língua sinalizada, motivo pelo qual levou essa abordagem ao fracasso.

No ano de 1857, teve início o processo de inclusão para pessoas com surdez no Brasil. Sabemos que a educação do surdo é bastante antiga e vem sofrendo modificações até hoje. Já, houve a fundação da primeira escola para meninos surdos no Brasil, conhecida como Instituto Nacional para Surdos-Mudos. Tal instituto, idealizado por Dom Pedro II e Ernest Huet, teve funcionamento até o ano de 1932.

Em 1911, o país presenciou um retrocesso significativo em relação ao processo de inclusão dos surdos por meio da implementação da tendência Oralista, a qual proibiu a utilização da Língua de Sinais em ambiente educacional. Somente em 2002, foi aprovada a Lei nº 10.436/00 que reconhece a Libras e afirma o uso do Bilinguismo na educação de surdos, ratificada pelo Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Revista UFG, 2020, V.20).

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. (BRASIL, 2008, p. 9).

O oralismo tem como desempenho fazer com que a criança desenvolva a oralização através da leitura e amplificação sonora enquanto se expressa através da fala, tornando-os parecidos com os ouvintes. Ou seja, o objetivo do oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade à “não- surdez”. (GOLDFELD, 2002. p. 34).

Assim, a comunicação total surge e propõe o uso de recursos coincidentes para a comunicação com os surdos, abrangendo oralização e o uso de sinais para tentar uma conformidade com a língua oral. A filosofia da comunicação total tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes. Esta filosofia também se preocupa com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os processos cognitivos, emocionais e sociais, não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral. Por este motivo essa filosofia defende a utilização de recursos espaço-viso-manuais com facilitadores da comunicação. (GOLDFELD, 2002. p.38).

Os profissionais que seguem a Comunicação Total percebem o surdo de forma diferente dos oralistas: ele não é visto apenas como portador de uma patologia de ordem médica, que deveria ser eliminada, mas sim como uma pessoa, e a surdez como uma marca que repercute nas relações sociais e no desenvolvimento afetivo e cognitivo dessa pessoa. (CICCONE, 1990). Na Comunicação Total se utiliza muito o uso do alfabeto manual para se chegar a uma comunicação com os ouvintes, também conhecido como datilologia. A sua difusão gera, entre muitos ouvintes, a pressuposição de que o alfabeto é a própria Língua de Sinais, mas esse é apenas um suplemento dessa língua, que sua função é a soletração de nomes, siglas, aqui no Brasil possui 27 (vinte e sete) configurações, incluindo as letras k, w, y, e também o ç. Kazlowski, (2000, p.89) afirma:

Alfabeto Datilológico (ou alfabeto manual): é um sistema gestual em que cada letra do alfabeto escrito corresponde a uma configuração particular da mão e dos dedos. Esse sistema utiliza, na realidade, uma escrita no espaço. Quando queremos “escrever” uma palavra, a mão realiza as configurações que correspondem às letras das palavras de forma sequencial.

A concordância de Língua Oral e Língua de Sinais foi uma barreira para o surdo discernir as estruturas de uma língua para outra, tendo como consequência o aprendizado da leitura prejudicado, tornando o surdo um leitor não competente e um escritor limitado a textos pequenos. A comunicação total, assim como as outras, trouxe seus pontos positivos e negativos ela destacou a visão do surdo e da surdez, trazendo a necessidade do surdo ser oralizado e ajudou no processo da utilização dos sinais, mas não favoreceu suficientemente.

A aproximação educacional por meio do bilinguismo objetiva capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas, a Língua de Sinais (Língua

Materna) e a língua da comunidade ouvinte. As propostas educacionais começaram a estruturar-se a partir do Decreto 5.626/05 que regulamentou a Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Quando se fala de Bilinguismo no campo da educação de surdos, relata-se à existência de duas línguas nesse ambiente, ou seja, a língua oral dos ouvintes, no caso do Brasil, o Português Brasileiro, e a Língua de Sinais, no caso dos surdos do Brasil a LIBRAS. Pereira, (2000, p. 104).

Para Goldfeld (2002), o bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos, e como segunda língua, a língua oficial do seu país. Os autores ligados ao bilinguismo percebem o surdo de forma bastante diferentes dos autores Oralistas e da Comunicação Total. Para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo aceitar e assumir sua surdez e manter uma vida relativamente normal.

O bilinguismo defende que se o surdo não obtiver logo nos primeiros anos de vida a língua de sinais, eles sofrerão consequências, como a perda do uso da linguagem. A língua de sinais fornece um mecanismo linguístico cognitivo para os surdos. A obtenção de uma primeira língua é indispensável e essencial a uma criança, sendo ela ouvinte ou não, se não tiver um convívio e uma participação ativa em comunicação ela não poderá contar com um desenvolvimento normal da primeira língua. Essa que deve ser de fácil acesso para essa criança

Conveniente às dificuldades ocasionadas pela questão da linguagem, nota-se que as crianças surdas, encontram-se com um grau de dificuldades no que diz respeito a leitura e a escrita sem o adequado desenvolvimento e com um conhecimento abaixo do esperado para sua idade. Isso resulta da grande necessidade de elaboração de propostas educacionais que atendam às necessidades dos sujeitos surdos, contribuindo para o desenvolvimento efetivos de suas capacidades.

O Bilinguismo defende que ambas as línguas, (a língua de sinais e a língua oral), sejam consideradas para os surdos diglossicamente¹, sem que uma prejudique a outra, tendo como objetivo principal do enfoque bilíngue, que o surdo saiba

¹ Diglossia designa a situação linguística em que, numa sociedade, duas línguas ou registos linguísticos funcionalmente diferentes coexistem, sendo que o uso de um ou de outro depende da situação comunicativa.

comunicar-se pelas duas línguas. Acredita-se que por intermédio da língua materna do surdo (língua de sinais), este pode desenvolver-se linguisticamente e cognitivamente sem enfrentar tantas dificuldades. A filosofia é de postura política, cultural, social, e educacional, não se resumindo apenas à aquisição de duas línguas. Quadros, (1997, p.27). comenta:

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com as pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais. A proposta bilíngue busca captar esse direito. O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõe a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

É necessário que os profissionais percebam a importância da Língua de Sinais para o desenvolvimento do Surdo. Pois, essa é a única língua que pode ser adquirida de forma espontânea através das relações sociais e diálogos do cotidiano. O Bilinguismo é simples e eficaz, pois o surdo adquire a Língua de Sinais na mesma rapidez que ouvinte adquire a língua oral. Goldfeld (2002, p. 108) afirma sobre essa vertente:

(...) o bilinguismo tem com origem a insatisfação dos surdos com proibição da língua de sinais e a mobilização de diversas comunidades em prol do uso dessa língua, aliado aos estudos linguísticos e comprovando o status das línguas de sinais enquanto verdadeiramente uma língua.

Como um estabelecimento de ensino a escola tem que estar preparada para repassar os conteúdos para os alunos surdos, além disso trazendo a família e incentivando para envolver-se na vida escolar dos seus filhos, assim conhecendo mais a cultura surda, para haver uma melhor interação na comunicação. Goldfeld, (2002, p.160), diz: “É preciso que a família da criança surda tenha consciência da necessidade de estimular essa criança. As informações que naturalmente a criança ouvinte recebe devem ser dadas também à criança surda”

2.2 Português como segunda língua

O decreto nº 5.626/05 dispõe sobre os processos educacionais das pessoas surdas. Evidência a necessidade da inserção da educação bilíngue para os alunos surdos com a finalidade que essa proposta seja concretizada, decretando como deve ser a preparação dos profissionais para lidarem junto a esses educandos. O contraste entre a singularidade dos alunos surdos e dos demais ouvintes estabelece uma marca histórica de lutas e conquistas dos direitos linguísticos dos surdos com propósito à inclusão social.

Sobre a Educação Bilíngue, Quadros (1997, p. 27) relata: “Essa filosofia de ensino é usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar, uma vez que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita”

Se as crianças surdas não tiverem contato bem cedo a uma linguagem ou comunicação adequada, pode haver um atraso ou até mesmo uma interrupção da maturação cerebral. De acordo com Bakhtin (2009), a língua é a materialização da linguagem humana, possibilitando a reconstrução do mundo para além das referências imediatas e efêmeras. Portanto, é necessário proporcionar condições linguísticas, sociais e culturais particulares para que os surdos se apropriem da linguagem, a partir de práticas e contextos concretos vivenciados por usuários da mesma língua

O surdo não possui problemas cognitivos que impeçam de aprender conteúdos de Português. O ensino do português para alunos surdos deve ser ministrado do mesmo modo do ensino de uma língua estrangeira a qualquer pessoa. O Surdo que tem a Libras como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2) é considerado bilíngue. Para que o aluno Surdo alcance essa condição de bilinguismo, é necessário que as escolas ofereçam uma educação bilíngue (LIBRAS /Português), utilizando os métodos pedagógicos do Bilinguismo. A começar da educação infantil é imprescindível, o ensino de Libras e também da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos, com o intuito de reduzir as barreiras e facilitando a comunicação com os ouvintes, tanto na escrita, quanto na leitura.

Porém, resultando do ensino deficiente oferecido pelas escolas, que usam métodos pedagógicos inadaptados para os alunos surdos, uma das maiores dificuldades é a leitura de palavras em português. As línguas, em geral, segundo Quadros e Schmiedt (2006, p.13), “expressam a capacidade dos seres humanos para a linguagem, expressam as culturas, valores e os padrões sociais de determinado grupo social”. Contudo, entre as dificuldades do surdo com a Língua Portuguesa há o desinteresse dos alunos em escrever em português. A escrita em Português é muito difícil para os Surdos, pois não compreendem o significado das palavras que utilizam na leitura e na escrita de textos, na escola regular inclusiva. É importante ressaltar que na perspectiva da educação Bilíngue, o Português é segunda língua (L2).

A LIBRAS apresenta um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem do Português. “A ideia não é simplesmente uma transferência de conhecimento da primeira língua para a segunda língua, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados.” (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p.24). O ensino da língua portuguesa para os surdos deve ser a partir da construção do conhecimento em Libras, de maneira significativa e contextualizada, buscando primeiramente o entendimento do Português em seus diferentes contextos, logo em seguida partir para a estrutura formal em relação a gramática. Sendo assim, Fernandes (2006, p. 132-133), com base em diversos pesquisadores, afirma que:

A língua escrita pode ser plenamente adquirida pelos surdos se a metodologia empregada não enfatizar a relação letra-som como pré-requisito, mas recorrer, principalmente, a estratégias visuais, prioritariamente pautadas na língua de sinais, similares metodologicamente àquelas utilizadas usualmente no ensino de segunda língua para ouvintes.

O ensino da Língua Portuguesa para o surdo passa a ser observado sob outro ponto de vista, a situação muda de perfil quando se olha a parte como um todo, comparar a criança surda e ouvinte em questões de competência na Língua Portuguesa é como fazer o mesmo em relação a competência da LIBRAS. Pretender que um ouvinte dialogue com pessoas surdas por meio da Língua de Sinais sem que ele a domine, é coibir completamente a sua capacidade de comunicação é condená-lo ao silêncio.

Por fim, surdos e ouvintes, naturalmente adquirem línguas maternas diferentes. Conforme Campos (2013, p. 48), sabe-se que o sucesso da escola de

alunos surdos depende de como o domínio da língua está sendo apresentado como também as práticas pedagógicas do professor em apresentar uma aula diversificada e atrativa e aquisição de Libras para que o aluno possa desenvolver aquisição plena da leitura e escrita do português como segunda língua pela criança surda

3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação docente tornou-se essencial na produção do conhecimento e na construção educacional. O que dizer sobre a formação de professores? A formação de professores é um termo amplo que pode estender-se tanto à formação básica quanto à formação continuada ou complementar. São atividades responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem e por garantir a qualidade da educação escolar. A formação de professores não se encerra na licenciatura, ela deve ser contínua, pois a sociedade muda constantemente e os docentes precisam acompanhar essas mudanças. A educação bilíngue, por exemplo, só terá eficácia diante da produção de novas práticas curriculares que englobam a língua, a identidade e a cultura surda.

3.1 Formação de professores bilíngues

Professores que atuam em contextos bilíngues precisam de formação específica em duas frentes: proficiência na língua-alvo e formação em Educação (Pedagogia para trabalhar com Educação Infantil e com os anos iniciais do Ensino Fundamental e Letras para trabalhar com os anos finais) O conceito de formação bilíngue está relacionado à instrução que ocorre na escola em pelo menos duas línguas. Os professores bilíngues têm como foco oferecer aos alunos níveis de proficiência nas duas línguas utilizadas na escola, por meio de uma abordagem baseada na aprendizagem de conteúdos.

A formação de professores de surdos é um tema atual na educação desses sujeitos, já que há uma busca constante por esses profissionais para atender à demanda que se coloca pelas políticas atuais. Como formação é a pauta, observa-se

que há uma tensão na construção de decretos e leis que procurem garantir uma educação bilíngue em que a língua de sinais ganhe *status* de primeira língua e a língua portuguesa escrita, de segunda língua. Os movimentos surdos vêm obtendo vitórias significativas nesse aspecto, com a sanção de leis muito importantes. Dentre outras, a Lei nº. 10.436/2002 e a sua regulamentação através do Decreto nº. 5626/2005 (BRASIL, 2002; 2005) podem aqui ser ressaltados.

Os movimentos surdos e a emergência da educação bilíngue mudam os rumos da formação na área da educação de surdos no Brasil, e novos profissionais surgem no cenário a partir do Decreto nº. 5.626/2005 (BRASIL, 2005): o professor de Libras e o intérprete de Libras.

Segunda as informações coletadas, a partir da institucionalização da educação bilíngue com a emergência da legislação específica sobre a LIBRAS (Lei nº. 10.436/2002(BRASIL, 2002), responsável pela implementação da língua como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia e Decreto 5.626/2005, os sistemas de educação passam a ocupar os espaços docentes nas escolas com pessoas que sabem Língua de sinais, e estas geralmente eram intérpretes das comunidades religiosas ou familiares participantes de associações.

Dessa forma, os sujeitos para quem, majoritariamente, são destinados os processos de formação são familiares de surdos e cristãos, que passam a fazer parte dos novos experts que compõem o cenário da educação de surdos no Brasil por meio da educação bilíngue. Eles assumem esse novo lugar com um saber específico e com as verdades instituídas pelas práticas discursivas vividas junto aos surdos. Segundo Carvalho (2014, p. 80), pensar a função-educador é compreender que “o sujeito que ocupa o lugar de quem forma e conduz alguém, cerca-se de determinadas condições para fazê-lo”.

Por isso, a responsabilidade que um mestre deve assumir numa perspectiva da função-educador deve ser a de desconstruir estruturas rígidas que definem ações, posturas, verdades e, assim, subjetividades específicas. A posição deve ser outra: “o mestre é aquele que cuida do cuidado que o sujeito tem de si mesmo e que encontra, no amor que tem pelo seu discípulo, a possibilidade de cuidar do cuidado que o discípulo tem de si próprio” (FOUCAULT, 2006a, p. 74).

3.2 Proposta curricular para o ensino de português para surdos na modalidade escrita

Com a promulgação da Lei nº 10.246, de 24 de abril de 2002, a LIBRAS passa a ser reconhecida, proporcionando, entre outros aspectos, mudanças no cenário acadêmico pertinente ao aluno surdo. Tendo em vista essa regulamentação e incentivos às práticas inclusivas em sala de aula, cria-se a necessidade de repensar as abordagens e metodologias referentes ao ensino da Língua Portuguesa (LP).

Quadros e Schimiedt (2006) expõem –a necessidade da capacitação do professor, o qual precisa estar apto para lidar com a realidade do aluno surdo:

O professor precisa preparar as atividades de leitura visando um e/ou outro nível de acordo com as razões que levaram os alunos a terem interesse a ler um determinado texto. Nesse sentido, a motivação para ler um texto é imprescindível. A criança surda precisa saber por que e para que vai ler. O assunto escolhido como temática na leitura vai variar de acordo com as atividades e interesses dos alunos. Instigar nos alunos, durante a leitura, a curiosidade pelo desenrolar dos fatos no texto é fundamental. No caso de histórias, por exemplo, pode-se parar a leitura em um ponto interessante e continuá-la somente em outro momento, deixando nos alunos a expectativa do que irá acontecer, permitindo que opinem sobre o desfecho da mesma e comparando posteriormente com o final escolhido pelo autor. (QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P., 2006, p. 41)

Muito se tem discutido em relação à apropriação da escrita pelos surdos, em diferentes perspectivas teórico-metodológicas e pontos de vista. Podemos distinguir dois processos metodológicos, cuja base teórica assenta-se em uma mesma concepção de linguagem e alfabetização.

No início do processo de alfabetização é comum que os professores supervalorizem as propriedades fonéticas da escrita, apresentando-a as crianças como um sistema de transcrição da fala. As crianças não-surdas, que pensam e se comunicam por meio da oralidade, encontram relativa facilidade em aprender a ler e a escrever essa escrita alfabética, já que estabelecem uma relação entre o que falam e escrevem e vice-versa. Apenas mais tarde, é que percebem o caráter simbólico da escrita e passam a compreender as relações arbitrárias que constituem sua estrutura e funcionamento (FARACO, 2002).

Segundo Silva e Guimarães (2015, p. 145), “o mercado editorial não apresenta publicações de português como L2 para surdos; o que se encontra são trabalhos com ‘sugestões’ de atividades a serem desenvolvidas pelos professores”.

Ademais, em relação ao nível básico 1 da LP, não há “publicações para surdos, nem mesmo no âmbito das instituições públicas ou de instituições de ensino particulares” (SILVA; GUIMARÃES, 2015, p. 145). Os professores são os próprios responsáveis por adaptar e elaborar o material didático.

4 METODOLOGIA

A construção de uma pesquisa envolve a seleção, análise e interpretação de diferentes fontes adquiridas no decorrer de uma pesquisa, tornando sua escrita necessária como materialização do que foi proposto nos objetivos e problemática de estudo. A articulação entre as fontes é essencial no momento de criação de uma pesquisa e posterior escrita de uma dissertação. Desse modo, partimos inicialmente da escolha de uma problemática para fundamentar a pesquisa e contribuir na sua orientação para a criação do material escrito.

Uma pesquisa para ser considerada satisfatória deve ser realizada a partir de uma metodologia condizente com a problemática, objetivos e fontes selecionadas com o intuito de serem interpretadas, contribuindo no estímulo de conhecimentos utilizados no fortalecimento do fundamento do referido estudo. Desse modo, para o presente trabalho foi estabelecida pesquisa bibliográfica, que trata do levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar um trabalho científico, o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador responsável pela execução do trabalho científico.

A pesquisa bibliográfica é o primeiro contato exploratório que o pesquisador tem com o seu tema, pois os autores que forneceram informações presente nos diferentes livros, artigos ou periódicos de sua criação permite um olhar sobre aquilo que o objeto de pesquisa escolhido trata, contribuindo para que um projeto que norteará a construção de uma dissertação seja estabelecido. Quanto aos documentos sua fundamentação está na possibilidade de contextualização e legitimidade do acervo teórico, bem como respaldo legal do que a legislação específica sobre o tema.

De acordo com Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos

científicos” que apresentam informações e conhecimentos relacionadas a um tema de estudo específico. Logo, segundo Severino (2007), a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

A pesquisa bibliográfica torna-se importante num estudo por ser a primeira forma do pesquisador ter contato com os teóricos que tratam do seu objeto de estudo, ou seja, é um tipo de exploração do que pode ser encontrado e utilizado sobre certo tema de pesquisa. Para Gil (2002), as bibliografias são materiais já criados por determinados teóricos que são constituídos principalmente por livros, artigos científicos e periódicos. Esse tipo de pesquisa é necessária a todo tipo de construção de estudo devido a sua fundamentação, visto que foram relevantes observações e análise em bibliografias em torno da trajetória histórica da educação de surdos no Brasil, sua evolução e a formação de professores destinada a essa parcela da população.

A pesquisa teve ainda como sustentáculo consultas documentais, especialmente no Projeto Político Pedagógico da Escola Bilíngue para Surdos Prof. Telasco Pereira Filho, visto que um projeto político pedagógico de uma escola é a manifestação material da gestão democrática e dos aspectos utilizados na criação de uma determinada instituição escolar, tais como, as regras estabelecidas, normas de convivência, regimento interno, ou seja, elementos de sua cultura escolar construída ao longo do tempo, além da identificação da instituição e sua trajetória histórica.

De acordo com Gill (2002) a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Contudo, um documento não é neutro e sempre carrega a opinião da pessoa e/ou do órgão que o construiu ou que participou de sua construção, um fator que envolve ainda o correto manusear dos documentos e cuidados. (BACELLAR, 2008).

Ao selecionar um documento em torno de uma determinada legislação educacional, projeto pedagógico ou procurar analisar uma fotografia é preciso tomar

cuidado para buscar interpretar tais fatores por meio do contexto que esses documentos foram construídos, pois um documento é um reflexo da sociedade que o criou, tendo suas características e limitações que precisam ser percebidas no momento de sua análise e uso de suas informações. O PPP de uma instituição escolar, principalmente uma que apresenta um ensino bilíngue torna-se relevante numa pesquisa científica ao permitir a compreensão de uma escola com tais aspectos e seu cotidiano.

As legislações relacionadas a Educação de Surdos e sua constituição como campo da Educação Especial também foi importante devido a sua natureza específica de ensino direcionada aos seus alunos, especialmente destinado a Língua Portuguesa, essa como idioma oficial do Brasil, mas sem desconsiderar as necessidades especiais de alunos que apresentam graus diferenciados de surdez ao longo de sua aprendizagem. Nisso, houve um avanço com a proposta da Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021 que destaca a obrigatoriedade de uma educação bilíngue para alunos surdos, incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB -1996)

Nesse sentido, essa pesquisa apresenta uma abordagem de natureza bibliográfica e documental, onde ambas se articulam com o objetivo de possibilitar um conhecimento sólido em torno dos principais aspectos do Ensino de Língua Portuguesa na Escola bilíngue Telasco Pereira Filho, uma vez que uma instituição escolar não se encontra estática, mas a convivência diária mantida nas diferentes relações estabelecidas durante seu funcionamento permitem um maior entendimento da reflexão das políticas públicas na inclusão educacional de alunos surdos e da própria escola no fornecimento de estratégias para incluir determinados estudantes na sociedade.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto Político Pedagógico de uma escola é o principal elemento de constituição da identidade de uma instituição escolar, pois sua criação envolve o contexto situacional da comunidade a qual uma escola está inserida, a formação dos seus funcionários, o currículo e as atividades realizadas ao longo de seu funcionamento, bem como os valores filosóficos e sociais que norteiam seu cotidiano. Desse modo, o PPP da Escola Bilíngue Professor Telasco Pereira Filho, localizada na cidade de Imperatriz no estado do Maranhão, apresenta os principais fatores que contribuem na formação e dia a dia da referida instituição, tornando o expoente da gestão democrática.

Assim, a Gestão Escolar Democrática é um princípio que orienta as escolas públicas, embasada legalmente e que conta com categorias de participação, sendo regida pela descentralização, autonomia, transparência e pluralidade. Um elemento fortalecido a partir da Constituição Federal de 1988 e especificamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei 9394/1996). O PPP da instituição Professor Telasco Pereira Filho ao ser analisado possibilitou a percepção de conceitos gerais na construção do documento, evidenciando a participação dos segmentos da comunidade escolar conforme aborda a legislação que defende a sua existência.

O documento destaca uma apresentação sobre a escola trazendo alguns dados relevantes que devem constar no momento da análise documental conforme a citação abaixo.

O PPP da Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos Professor Telasco Pereira Filho, traduz o que desejamos para a construção de um mundo que respeite e aceite as diferenças culturais dos sujeitos surdos, o direito de aprender por meio de sua língua natural, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), além de outros, que são de suma importância para todos os seres humanos. Enfoca também os ideais de paz, liberdade e preparo dos nossos alunos para inclusão educacional de forma plena. Nesse sentido, os objetivos aqui propostos e trabalhados coletivamente, tem o propósito de se converter em ações concretas. (IMPERATRIZ, PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO, 2019, P. 5-6)

Na citação supracitada é possível perceber uma relação entre a educação para surdos oferecida na instituição bilíngue, partindo do respeito as suas limitações, ao lado do uso da língua materna, no caso, o português e a LIBRAS como forma de estímulo ao ensino e aprendizagem dos alunos que apresentam algum grau de surdez, especialmente no que trata da alfabetização e letramento. Por ser uma

instituição bilíngue direcionada a educação especial, o PPP destaca ainda os ideais de paz, liberdade e de igualdade no tratamento dos alunos da escola.

O PPP da Escola Bilíngue Professor Telasco Pereira Filho teve como fundamento para sua criação as legislações relacionadas a educação nacional brasileira que definem a importância de uma gestão democrática, participativa e satisfatória. Logo, ao analisar o documento, pode ser observada a articulação com as duas principais leis do Brasil, a saber, a CF (1988) e a LDB (1996), nas quais destacam, a igualdade, pluralidade de pensamento, respeito a liberdade, garantia do padrão de qualidade e autonomia da gestão escolar. Outro documento importante é a Base Nacional Comum Curricular (2017) que aborda metas e habilidades direcionadas ao ensino de surdos.

Por ser uma escola que mantém a estrutura curricular voltada a educação especial, principalmente ao utilizar na construção do seu PPP as leis que tratam não apenas da educação especial num contexto geral, mas especificamente da educação de surdos, tais como: a Lei nº 10.436/2002, que evidencia o conceito de LIBRAS como a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

O documento destaca ainda o Decreto nº 5.626/2005, que ratifica a educação bilíngue ao afirmar que “§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo” (BRASIL, 2005). Nesse sentido, o PPP da escola pesquisada traz uma sustentação legislativa condizente com o que é esperado de uma instituição que oferece o ensino bilíngue pautado na aprendizagem da Língua Portuguesa e da LIBRAS, da educação especial e da valorização da diversidade de pensamento, capacidades e interesses, contribuindo ou ao menos buscando contribuir na inserção dos alunos surdos na sociedade.

Sabe-se que a língua é um instrumento de comunicação formada a partir de regras estabelecidas por meio de conjunturas sociais e políticas que tem como objetivo construir a cultura de uma determinada civilização. A língua além de permitir a compreensão entre um povo tem a função de estruturar uma relação de pertencimento sociocultural. Por esse motivo, torna-se essencial a aprendizagem da

LIBRAS, pelos alunos surdos como um elemento facilitador da comunicação e interação social ao lado da Língua Portuguesa na modalidade escrita, contribuindo para que os alunos com surdez se apropriem dos aspectos pertencentes ao seu contexto, costumes, tradições e conhecimento.

O PPP da escola apresenta ainda uma relevância, embora obrigatória na sua criação, com o uso das documentações legislativas específicas do estado do Maranhão, a saber, o *Documento Curricular do Território Maranhense* (DCTM - 2019) que vislumbra a necessidade de considerar a regionalidade no momento da elaboração do currículo escolar e os objetivos aos quais a instituição supracitada pretende alcançar, visto que torna-se inviável uma escola bilíngue que não se articule com a realidade de seus alunos.

A admissão da educação especial nas políticas públicas trouxe avanços para a área e contribuiu para abrir discussões e reflexões a respeito da importância da educação dos surdos e de como deve ser feito esse atendimento a fim de promover a devida formação desses sujeitos. Com as políticas de inclusão instituídas no século XXI e os amplos debates em torno disto é que foram sendo deixadas de lado algumas práticas integradoras que tiveram início na década de 80 e foi aberto espaço para a inclusão.

A integração impunha a adaptação da pessoa com deficiência à dinâmica da escola e visava atender alunos vindos de classes e escolas especiais para serem integrados em classes regulares e de acordo com suas necessidades receberem apoio com atendimento em salas de recursos. (GLAT; FERNANDES, 2005). No entanto, apesar das mudanças implementadas através de documentos e da mudança de paradigma, ainda é possível identificar momentos em que o surdo é integrado e não incluído de fato, fator este apontado como uma causa do insucesso do surdo na sociedade e na escola, um paradigma que pode ser superado ao menos na perspectiva de criação da conjuntura do ensino da instituição dessa pesquisa. (FRANCO, 2014).

A construção do PPP levou em consideração ainda o seu marco situacional, ou seja, o contexto de mudança vivenciado pelo ser humano ao longo do século XXI, tornando imperativa a necessidade de uma educação inclusiva voltada ao aluno surdo, onde se destaca na referida escola a presença de uma gestão direcionada a qualidade educacional dos alunos com surdez, um ambiente de trabalho adequado aos funcionários, seus professores, coordenadores e intérpretes de Libras, esses

responsáveis pela otimização prática mediante ao uso da língua de sinais no ensino da leitura e escrita.

O PPP como um documento relacionado a representação destaca os principais responsáveis pela criação da instituição, partindo da necessidade de um ensino bilíngue para surdos na cidade de Imperatriz considerando importante a forma dos alunos surdos adentrarem as escolas comuns, permitindo observar a referida instituição como complemento, já que de acordo com o próprio documento há alunos surdos que cursam o ensino médio matriculados para que possam acompanhar a rotina da sala de aula comum. Nisso, a citação abaixo retirada do PPP da escola pesquisada afirma que:

A Associação dos Surdos de Imperatriz (ASSIM) através das representantes, Adriana Oliveira Santos (Presidente) Maria Ivanilde Oliveira Santos (Diretora Social) e Francisca Melo Agapito (Diretora Comercial) buscaram a parceria da Diretoria Regional de Educação do Estado do Maranhão através do Gestor Regional de Educação, o Dr. Agostinho Noleto. Esta equipe visando iniciar um trabalho direcionado à educação bilíngue para estes sujeitos, pediu o auxílio do referido gestor com o intuito deste disponibilizar algumas salas da Escola Governador Archer para que pudéssemos realizar o trabalho. Houve a justificativa de que a direção da escola tinha planos para as salas, mas informou que o estado estava devolvendo para a prefeitura sete escolas, enfatizou ainda que poderíamos unir forças e conseguir junto ao prefeito um desses prédios. (IMPERATRIZ, PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO, 2019, p. 17)

A citação apresentada demonstra a iniciativa de pessoas que vivenciam a realidade dos indivíduos surdos e suas dificuldades perante a sociedade ouvintista, excluindo os alunos com tais limitações, onde as representantes ao pedirem auxílio para a criação de uma escola bilíngue na cidade de Imperatriz estavam demonstrando a relevância de uma instituição que atendesse jovens surdos como uma estratégia de inseri-los num mundo que está em constante transformação, motivando a criação Lei nº 1.453/2012 que dispõe sobre a criação da Escola Bilíngue no âmbito de sistema municipal de ensino e dá outras providências. Esta lei nos embasa ainda quanto ao desenvolvimento de ações em prol do desenvolvimento e formação do nosso aluno surdo.

A escola pesquisada passou a oferecer o ensino regular a partir da Resolução nº 001/2015, que dispõe sobre autorização da escola junto ao Sistema Municipal de ensino. A autorização para funcionamento do Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano (Anos Iniciais) está reconhecida pela Resolução de nº 001/2015-CME, contribuindo para a configuração da instituição além de um ensino complementar, tornando

relevante maiores investimentos, inclusive na contratação de funcionários capacitados.

A proposta de Bilinguismo se insere no rol de preocupações quanto às formas de se educar a criança surda, uma vez que nem o Oralismo, nem a Comunicação Total atendem plenamente às demandas da educação desse sujeito. O modelo bilíngue ou educação bilíngue:

[...] parte do reconhecimento de que os surdos estão em contato com as duas línguas. Esta afirmação aponta para o reconhecimento da língua de sinais como uma língua natural que, mesmo sendo usada por uma comunidade minoritária, deve ser aceita sem restrições. A educação bilíngue parte do pressuposto de que a língua de sinais é a língua natural dos surdos, que, mesmo sem ouvir, são capazes de desenvolver uma língua espaço-visual [...]. Ao considerar o canal espaço-visual como fator preponderante para a aquisição da linguagem, no caso da pessoa surda, essa abordagem descarta o oralismo. Por outro lado, defende o espaço da língua de sinais, advogando que cada uma das línguas seja apresentada e trabalhada sem simultaneidade (SILVA, 2008, p. 25).

Dessa forma, ao surdo seria ensinada primeiramente a língua de sinais (LIBRAS) por ser sua língua natural e, posteriormente, a língua usada no meio social no qual ele vive, permitindo, dessa forma, que ele possa interagir da maneira como desejar, com a linguagem que lhe seja mais adequada e confortável, para que assim construa suas relações e adquira conhecimentos. Esse modelo considera o caminho espaço-visual como fundamental na aquisição da linguagem e tem como característica principal o reconhecimento e a valorização da LIBRAS, defendendo que seu aprendizado deve ocorrer o mais precocemente possível, a fim de que haja pleno desenvolvimento da linguagem, do aspecto emocional, do afetivo, da cognição, de modo a tornar possível a construção significativa de conhecimentos (SILVA, 2008).

No decorrer da análise do PPP da instituição pesquisada percebe-se que a mesma passou por transformações desde sua criação em 2012, passando a oferecer um curso de Ensino Fundamental II e a solicitação da modalidade de funcionamento integral, permitindo que a parceria com centros de ensino industrial como o SENAI pudesse contribuir na aprendizagem dos alunos surdos, fornecendo as bases para uma potencial inserção no mercado de trabalho, através das oficinas de corte e costura, por exemplo. A escola devido a sua importância no ensino de LIBRAS recebe alunos surdos, crianças, adolescentes e adultos na busca da aquisição de sua Língua natural, considerando a aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade escrita.

A estrutura física e pedagógica da instituição é completa com os funcionários,

especialmente aqueles que atuam diretamente com o público que possui surdez tendo especialização em LIBRAS e a formação em Letras Português, garantindo um ensino significativo em torno da aprendizagem da leitura, escrita e da aquisição da LIBRAS como uma maneira de comunicação da comunidade surda. O corpo de funcionários apresenta formação superior e especialização, o que demonstra uma preocupação em relação a qualidade do ensino a ser oferecido.

A Escola Bilíngue Telesco Pereira Filho busca aos poucos inserir a Educação de Jovens e Adultos na instituição como uma maneira de permitir uma gradativa inserção dos educandos na sociedade que prioriza o ensino linguístico. É um duplo desafio ensinar jovens e adultos surdos, pois ao lado das limitações da ausência de uma aprendizagem escolar regular em tempo adequado ainda existe a questão do ensino e apropriação da LIBRAS como principal forma de comunicação numa comunidade oralizada.

O PPP da escola pesquisada aborda determinados aspectos a serem considerados no momento da revisão do documento, uma vez que ao ser criado, ou seja, materializado em seu ensino de Libras e da Língua Portuguesa, a instituição precisa se comprometer a atender as expectativas de quem forneceu os subsídios para seu funcionamento e acima de tudo da comunidade a qual se encontra inserida, pois esses são os maiores beneficiados. Nisso, a imagem abaixo destaca os pontos positivos e aqueles que podem ser melhorados em torno da Escola Bilíngue Telesco Pereira Filho.

Figura 1 Diagnóstico Escolar- pontos negativos e positivos

DIAGNÓSTICO ESCOLAR	
Pontos Fortes	Pontos que demandam atenção
Eficiência da equipe pedagógica	Materiais didáticos na Libras
Interação entre o corpo docente	Materiais para o período de descanso dos alunos
Prontidão das servidoras da secretaria	A busca por melhores resultados nas avaliações externas
Projetos voltados para a	
comunicação entre surdos e ouvintes	
Projeto de Libras para pais de alunos surdos	

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Bilíngue Professor Telasco Pereira Filho 2019

Na imagem apresentada, a parte relacionada ao trabalho articulado dos docentes com os alunos, bem como a prontidão das servidoras que atuam na secretaria e a comunicação dos familiares com a escola é proveitosa, evidenciando um trabalho relativamente coeso, mas que na tabela ao lado dos pontos que precisam melhorar como na maior parte das escolas públicas, e no caso dessa não foi diferente, como a necessidade dos materiais didáticos em LIBRAS e a busca por melhores resultados nas avaliações externas, visto que a instituição deve responder as dinâmicas educacionais pelos resultados satisfatórios em relação a educação nacional.

Assim, é possível destacar a visão e os princípios da escola pesquisada criada na concepção da comunidade, dos alunos surdos e de suas famílias.

Nossa escola tem por missão, educar pessoas Surdas, baseando-se na proposta bilíngue com ênfase na qualidade do ensino aprendizagem centrada nos valores morais, éticos e políticos, buscando prepará-los para uma inclusão com equidade, além de contribuir para a construção de conhecimentos, formação de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária para exercício da cidadania. Nossa visão é oferecer uma educação bilíngue para surdos, pautada em metodologias que contemplem as pessoas surdas, que venham favorecer aprendizagens significativas, proporcionando assim aprovação, reduzindo a evasão e a repetência, além de construir credibilidade e prestígio junto à comunidade e as demais instituições. No que tange os princípios que embasam o trabalho da nossa escola, consideramos que estes se fazem essenciais para a formação de alunos que possam torna-se solidários e proativos diante da sociedade atual. Compreendemos ainda que, como base do processo formativo utilizamos como baluartes princípios como tolerância, convivência coletiva, respeito às diferenças, entre outros. Caminho por estas bases, vislumbramos contribuir para que nossos alunos surdos possam construir uma sociedade mais igualitária, humana, resiliente e digna. (IMPERATRIZ, PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO, 2019, p. 58-59)

A missão, visão e princípios da Escola Bilíngue Telesco Pereira Filho tem como base o ensino e aprendizagem de alunos surdos de modo a prepará-los para a inclusão por meio de um ambiente de convivência pacífica e tolerância a diversidade de interesses, capacidades e limitações, contribuindo na diminuição da evasão escolar, principal fator de desestímulo pelos alunos. Os alunos surdos devem ser incentivados a aprender através de uma comunicação associada a suas dificuldades, sendo a LIBRAS o fator fundamental, pois uma vez que adquire a aprendizagem da LIBRAS torna-se simples a obtenção de conhecimentos de leitura a serem usados no seu dia a dia.

Desse modo, na imagem abaixo pode ser observado o quadro que aborda as

discussões sobre o PPP da escola que serviu de fundamento para a construção dessa pesquisa, contendo as ações, o período e as instâncias que são responsáveis.

Figura 2 – Ações, Período e instâncias envolvidas

Ações	Período	Instâncias envolvidas
✚ Consulta ao PPP	Contínuo	Comunidade escolar
✚ Verificação de ações: ✚ realizadas ou não; ✚ em andamento; ✚ futuras; ✚ realizadas mas não programadas.	Contínuo	Comunidade escolar
✚ Discussão das propostas destacadas no PPP.	Semestral	Equipe pedagógica e corpo docente
✚ Questionários objetivos e subjetivos junto aos seguimentos da escola.	Anual	Comunidade escolar
✚ Análise de resultados contemplados e revisão de metas propostas.	Anual	Equipe pedagógica, corpo docente e Conselho escolar
✚ Elaboração de novas propostas mediante necessidades que emergiram.	Anual	Comunidade escolar

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Bilíngue Professor Telasco Pereira Filho 2019

A imagem anterior apresenta os critérios avaliados sobre o PPP da escola pesquisada, com sua análise mesclando entre o período de continuidade, por semestre e anual. As consultas ao PPP como um documento em constante adaptação e flexibilização ao longo da trajetória da instituição bilíngue devem ser realizadas de maneira contínua, ou seja, com as mínimas interrupções temporais, já as discussões das propostas criadas e discutidas dada a uma complexidade maior devem ser semestrais e a análise dos resultados deve ser constituída ao longo de um processo anual.

O Projeto Político Pedagógico (PPP), da instituição educacional é o principal instrumento para planejamento e avaliação de ensino, essencial para um atendimento de qualidade, sendo um documento organizado a partir da efetiva participação das pessoas que fazem parte dessa comunidade escolar, deve contemplar um processo democrático de construção, capaz de envolver toda a comunidade escolar, partindo da realidade do educando traça-se um planejamento que represente suas reais necessidades e interesses. (PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO, 2010).

Desse modo, a participação da comunidade tanto na criação do PPP quanto da articulação como os representantes da escola que serviu de base para essa pesquisa tornam-se relevantes na medida em que mantém uma proposta de educação bilíngue para surdos e proximidade das famílias através da produção e participação das atividades seguindo reuniões bimestrais, onde são discutidos diferentes assuntos. A família nessa perspectiva é fundamental, visto que sua aproximação poderá tornar o trabalho pedagógico satisfatório, pois a educação é uma via de mão dupla.

Nesse sentido, a Escola Bilíngue Telasco Pereira Filho nas suas modalidades educacionais mantém um foco maior na educação de surdos conforme pode ser observado nas citações abaixo que trazem considerações relacionadas a Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano), respectivamente.

A modalidade da Educação Infantil atende as crianças surdas por meio da proposta educacional bilíngue, isto é, uma proposta de ensino que oportuniza o acesso a duas línguas no contexto escolar, a Libras como primeira língua (L1), e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2), na modalidade escrita. Desenvolvemos ainda um trabalho voltado para formação cultural e social das crianças nesta faixa etária. O quantitativo de crianças por turma é de dez (10) alunos, no máximo. Em cada sala de aula há um professor regente e um auxiliar de magistério. (IMPERATRIZ, PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO, 2019, p. 62)

Visando o desenvolvimento das potencialidades desta comunidade, como elemento de auto-realização e preparo para o exercício consciente da cidadania, o Ensino Fundamental objetiva a formação de crianças, de pré-adolescentes e adolescentes com base na proposta bilíngue. Com duração mínima de cinco anos, visamos que ao longo desta etapa o aluno surdo se torne bilíngue, tenha fluência na Libras como L1 e na Língua Portuguesa como L2 na modalidade escrita. Visamos também que amplie a sua capacidade de aprender, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, habilidades, a formação de atitudes e valores em que se fundamenta a sociedade e do fortalecimento dos vínculos familiares. (IMPERATRIZ, PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO, 2019, p. 68)

Assim, observando as duas citações acima, evidencia-se uma preocupação com a educação bilíngue em torno da aprendizagem dos alunos surdos a partir do uso da LIBRAS e da Língua Portuguesa, essa última associada as habilidades propostas na BNCC do Ensino Fundamental e aos valores que deveriam ser fortalecidos para uma maior participação na sociedade. No PPP não fica evidente a existência efetiva de outras disciplinas como a Matemática, Arte e Ciências e de seus objetos de estudo de uma maneira explícita, mas sua articulação com os elementos de tais conhecimentos articulados com o ensino bilíngue para surdos fundamentada na

obtenção da aprendizagem da LIBRAS como uma forma de comunicação desse grupo e conseqüentemente da Língua Portuguesa.

O Projeto Político Pedagógico da instituição pesquisada, através de sua análise, foi possível perceber que ele se articula com as características direcionadas a Educação Especial, pois se tratar de uma escola bilíngue para surdos com estrutura da educação básica regular, mas apresentando uma cultura voltada para a aprendizagem do surdo. Um novo desafio para a Escola Bilíngue é programar a BNCC de acordo com a realidade da escola, pois é fundamental que esse documento dialogue com a LIBRAS que é a língua materna do público desta unidade escolar, além de organizar o plano de curso para que atenda as orientações conforme estabelece o documento. (IMPERATRIZ, PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO, 2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da História do Brasil mesmo com diversos discursos em defesa da inserção de alunos surdos na educação e com a criação de diferentes decretos e legislações, percebe-se ainda apenas intenção de inserir fisicamente os alunos com deficiência auditiva na escola, esquecendo que precisam ser assistidos nas suas diferenças e singularidades para que seu ensino seja significativo. Mesmo com leis importantes no Brasil como a Constituição Federal de 1988 e a nova LDB/1996 há ainda a necessidade constante de mudança e reflexão sobre as práticas dos professores e das estruturas escolares para se adequarem as reais necessidades dos alunos com deficiência, especificamente daqueles que possuem deficiência auditiva.

Desse modo, a educação bilíngue voltada aos alunos surdos não deve envolver apenas a aprendizagem da Libras e da Língua Portuguesa, mas sim o uso de tais elementos no desenvolvimento da capacidade comunicativa dos alunos com surdez, reconhecendo suas limitações e conscientizando todos da importância da alfabetização e letramento como fatores de inserção e participação na sociedade brasileira. O surdo, na comunidade, vivencia um duplo desafio, o primeiro superar as dificuldades inerentes as interações sociais e a aprendizagem de um mundo que valoriza a oralidade; o segundo é buscar o acesso a sua língua natural diante da sociedade ouvintista.

Nesse sentido, a formação de professores voltada ao ensino de surdos para ser significativa deve apresentar um planejamento e consolidação de acordo com a realidade dos alunos que apresentam diferentes graus de surdez, sem esquecer que não se trata somente do ensino e aprendizagem de uma língua de sinais que possa ser usada entre iguais, já que a educação bilíngue com surdos envolve um processo que está além de uma questão imediata, com a necessidade constante de possibilitar a apreensão dos outros conhecimentos construídos pela humanidade ao longo do tempo, ao lado do estímulo de atitudes e comportamentos que permitem o crescimento integral do aluno surdo.

Logo, a Escola Bilíngue Professor Telasco Pereira Filho, por meio das informações obtidas na análise documental, materializada no seu Projeto Político Pedagógico e nas bibliográficas de autores que abordam a importância de uma educação bilíngue voltada ao surdo como forma de inseri-los na sociedade, apresenta conhecimentos relevantes em torno da educação inclusiva, onde sua criação

perpassou pela iniciativa de personagens que conhecem as limitações dos alunos surdos e a necessidade de uma escola dessa modalidade em Imperatriz.

Ao longo da análise do referido documento em articulação com bibliografias selecionadas foi possível perceber ainda certas dificuldades relacionadas ao efetivo ensino de outras disciplinas além das que estão relacionadas ao bilinguismo (Libras e Língua Portuguesa). Evidenciando essa questão durante o cotidiano de seu funcionamento, uma vez que em 2015, a instituição passa a abrigar a educação regular: educação infantil fundamental (series iniciais) e EJA, o que pode considerar a existência de outras ciências de acordo com o que foi proposto pela BNCC.

Sobre a escola, durante a análise a partir de seu PPP, foi possível compreender que a estrutura educacional e física da mesma apresenta condições de uso prático, com um corpo docente constituído por profissionais que possuem curso e experiência de intérprete de Libras, especialização em educação especial e pedagogos com pós-graduação para atuar nas áreas de gestão e demais setores mantidos pela escola. A sua estrutura física apresenta laboratório para Libras, mas que mantém dificuldades na obtenção de materiais didáticos em LIBRAS.

O PPP da referida escola como documento formal de identidade e cotidiano da instituição, segue um padrão geral de construção das documentações de características semelhantes, contendo as legislações educacionais nacionais e relacionadas ao estado do Maranhão que fundamentaram a sua criação, sua história e os principais componentes auxiliares do seu funcionamento que se articula com as necessidades de uma educação especial inclusiva aos indivíduos surdos e a educação regular, embora mantendo um foco maior no ensino destinado ao bilinguismo.

O fato é que o PPP evidenciou ao menos na materialização impressa, uma gestão democrática, contando com a participação das famílias que possuem filhos com surdez, nos projetos criados e aplicados pela instituição e na elaboração do documento supracitado. Outro fator que deve ser destacado é o provável desafio de servir como complemento aos alunos do ensino médio que apresentam surdez, visto que ao se direcionarem a instituição buscam aprender a Libras e o seu uso no dia a dia, bem como a Educação de Jovens adultos devido a mescla entre alunos com deficiência auditiva e regular, mas que não são isentos de obstáculos dada a natureza dessa modalidade educacional. Tais desafios geram experiências que contribuem no

desenvolvimento da escola, dos seus alunos, familiares, professores e demais funcionários.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 5626/2005**, de 23 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005. P. 28. Disponível em: . Acesso em: 30 jul. 2015

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Legislação – **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Publicada no Diário Oficial da União nº 191 – A, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 23/06/2023

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Legislação – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>%3e.%20%20Acesso%20em%2025/11/2019%20%C3%A0s%2015:36. Acesso em 23/06/2023

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> . Acesso em: 27/06/2023.

BAKHTIN, Mikail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2009.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais. Uso e mal-uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

BARBOSA, E. R. A.; BARTHOLOMEU, I. C. S. **Ensino de português como segunda língua**: análise dos aspectos gráfico-editoriais de uma unidade didática voltada a alunos surdos. Revista virtual de cultura surda, v. 17, p. 1-31, 2016

CAMPOS, Mariana de L. I. Leandro. Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes. In: LACERDA, Cristina Broglia F. de; SANTOS, Lara F. dos (Org.) **Tenho um aluno surdo, e agora?**: Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFCSCar, 2013

CARVALHO, Alexandre Filordi. **Foucault e a Função-Educador**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

CAMPELLO, A. R. e S. Pedagogia Visual / Sinal na Educação dos Surdos. In: QUADROS, R. M. de; PERLIN, G. (Orgs.) **Estudos Surdos II**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007, p. 100- 131.

CICCONE, M. M. C. **Comunicação Total**: introdução, Estratégias, a Pessoa Surda. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990

Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 639-659, jul./set. 2016. Vieira-Machado; Lopes

FARACO, C. A. **Escrita e alfabetização**. São Paulo : Contexto, 2000.

FERREIRO, E. **Alfabetização em Processo**. Tradução: Sara Cunha Lima, Marisa do Nascimento Paro. 9 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FERNANDES, Sueli. **Letramento na educação bilíngue para surdos**. In: BERBERIAN, A. P.; ANGELIS, C. C.M. de; MASSI, G. (orgs.). **Letramento: referências sem saúde e educação**. São Paulo: Plexus, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Editora Atlas S.A, 2002

IMPERATRIZ. **Lei nº 1.436/2012**. Dispõe sobre a criação da Escola bilíngue

MACHADO, Paulo César. **Integração/Inclusão na escola regular: um olhar do egresso surdo**. Em QUADROS, Ronice Müller de. (organizadora). **Estudos Surdos ISérie Pesquisas**. Rio de Janeiro: Arara Azul

MARANHAO. **Projeto Político Pedagógico da Escola Bilíngue Professor Pereira Filho**. Imperatriz, 2019

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996;

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2007.

MOURA, M. C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter/Fapesp, 2000.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lucia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpvol2.pdf>. Acesso em: 26/06/2023

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, Giselli Mara da; GUIMARÃES, Angélica Beatriz Castro. Desenvolvimento de materiais didáticos de português para surdos articulando necessidades da educação básica e formação de graduandos. In: **SEMANA DE EVENTOS DA FACULDADE DE LETRAS**, 12, 2015, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2015, p. 143- 156.

SILVA, O. G. da S.; NAVARRO, E. C. A relação professor-aluno no processo ensino –aprendizagem. **Interdisciplinar**: Revista Eletrônica da Univar, v. 3, n. 2, p. 95, 2012.

ANEXOS

Figura III – Fachada da Escola Municipal de Educação Bilingue para surdos Professor Telasco Pereira Filho



Fonte: Arquivo escolar